



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

(4)
Faria
João Alves

ACTA NÚMERO SETE

ACTA DA 2.ª REUNIÃO DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E SETE.

— Aos dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e sete, às vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Salão D. Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Maia, na sua 2.ª Reunião da 2.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 19 de Abril de 2007 e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. —

2. —

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3. 1. —

3. 2. —

3. 3. —

3. 4. —

3. 5. —

3. 6. —

3. 7. —

3. 8. ADESÃO DO MUNICÍPIO DA MAIA À ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO, RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 20 DE MARÇO DE 2003; —

3. 9. CERTIFICADO DE REGISTO DE CIDADÃO DA UNIÃO EUROPEIA; —

3. 10. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO E PARQUEAMENTO DO CONCELHO DA MAIA – EMPRESA METROPOLITANA

DE ESTACIONAMENTO DA MAIA; -----

3. 11. ELEIÇÃO DE UM SENHOR PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA
EFFECTIVO E UM SUPLENTE PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA
DA MAIA NO XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS
PORTUGUESES; -----

3. 12. RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MUNICIPAL PARA
ESTUDO DO IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO DAS LINHAS DOS STCP NO
CONCELHO DA MAIA; -----

3. 13. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS:
"MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M.", DA
"EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.", DA
"ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO,
E.M.", DA "TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA" E DA "ACADEMIA
DAS ARTES DA MAIA, PRODUCÕES CULTURAIS, E. M." - (para conhecimento) . --

----- Devido à ausência do seu Presidente, Senhor Luciano da Silva Gomes, a reunião foi presidida pela 1.^a Secretário, Senhor Domingos de Jesus e Sousa, sendo secretariado pelas Senhoras Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e Joana Martins dos Santos Ascenção como 1.^a e 2.^a Secretárias, respectivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO, SENHOR DOMINGOS DE JESUS E SOUSA, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes e justificou a ausência do Senhor Presidente da Assembleia, Luciano da Silva Gomes, por motivo de doença grave da senhora sua mãe e a do Senhor Deputado Francisco Amorim dos Santos Baptista por internamento hospitalar devido a acidente. Verificadas as presenças constataram-se as ausências dos Senhores Deputados António José Neves Nogueira da Costa, Carlos dos Santos Teixeira, Francisco Amorim dos Santos Baptista, Hélder da Costa Pereira Ribeiro, Joaquim



Soares da Silva, Luciano da Silva Gomes e Mário Moreira Duarte.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3. 8. ADESÃO DO MUNICÍPIO DA MAIA À ASSOCIAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PORTO, RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 20 DE MARÇO DE 2003; -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, foi **aprovado por unanimidade**. -----

3. 9. CERTIFICADO DE REGISTO DE CIDADÃO DA UNIÃO EUROPEIA; -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, foi **aprovado por unanimidade**. -----

3. 10. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE ESTACIONAMENTO E PARQUEAMENTO DO CONCELHO DA MAIA – EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA; -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, foi **aprovado por unanimidade**. -----

3. 11. ELEIÇÃO DE UM SENHOR PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EFECTIVO E UM SUPLENTE PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE FREGUESIA DA MAIA NO XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES; -----

----- Foram entregues na Mesa duas Propostas; a primeira da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, "Primeiro as Pessoas", que propunha os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Nogueira, Ilídio da Silva Carneiro como efectivo e o de São Pedro de Avioso, Joaquim Guilherme da Costa Maia, como suplente; a segunda do Grupo Municipal do Partido Socialista, que propunha os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Águas Santas, Manuel José da Silva Correia, como efectivo e o de Gueifães, António Alberto Anjos

Monteiro, como suplente. À primeira proposta foi dada a designação de Lista A e à segunda a designação de Lista B. Estas Propostas fazem parte integrante da acta como **documentos 1 e 2**, respectivamente. Postas à votação, por escrutínio secreto, a Lista A obteve vinte e dois votos, a Lista B obteve onze votos e verificaram-se três votos brancos. Perante este resultado, foram eleitos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira e São Pedro de Avioso, Ilídio da Silva Carneiro como efectivo e Joaquim Guilherme da Costa Maia, como suplente, respectivamente, para representar as Juntas de Freguesia da Maia no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

3.12. RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MUNICIPAL PARA ESTUDO DO IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO DAS LINHAS DOS STCP NO CONCELHO DA MAIA:

— Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES fez entrega na Mesa de um Proposta para continuação em funções da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no concelho da Maia e que faz parte integrante da acta como **documento 3**. A sua Proposta poderia ter sido subscrita por todos os representantes partidários, o que não se tinha verificado por falta de coordenação prévia. Além disso, esperava que a CDU, autora da Proposta da criação da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no concelho da Maia, poderia ter apresentado uma Proposta similar. A razão da sua apresentação era devida ao facto dos problemas causados aos Maiatos pela reestruturação das linhas da STCP ainda não estarem resolvidos. A nova Comissão não teria a necessidade de reunir com a mesma periodicidade da anterior, mas sempre que novos factos o justificassem. A própria Administração da STCP tinha considerado, não só muito útil a reunião realizada com a Comissão, como tinha manifestado a sua disponibilidade de voltar a reunir sempre que a Comissão o desejasse. Considerou o



trabalho desenvolvido pela actual Comissão muito positivo, fruto das reuniões realizadas com a Câmara Municipal, Movimento de Utentes dos Transportes da Maia e com a Administração da STCP. O Relatório em análise apresentava algumas lacunas, e, por esta razão, lhe merecia alguns reparos.

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA apesar de não considerar importante, mas por uma questão de justiça, pediu que fosse rectificada a autoria da Proposta para a Criação da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no concelho da Maia, uma vez que tinha sido uma iniciativa do Bloco de Esquerda e não da Coligação Democrática Unitária, como havia sido referido. Estava de acordo com a Proposta para continuação dos trabalhos da Comissão, uma vez que eram muito ténues os resultados obtidos nas diversas acções para minimizar os problemas causados pela alteração da Rede da STCP. O Relatório em análise, espelhava a realidade das dificuldades com que os Maiatos se debatiam. O trabalho deveria continuar, pois, os reais problemas ainda estavam no seu inicio, e, só quem lidava directamente e ouvia as queixas dos utentes o poderia constatar. Havia um conjunto de limitações de mobilidade, que não existiam antes da reestruturação e que deveriam ser resolvidos. Por esta razão, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, como representantes dos Maiatos, tinham por obrigação conseguir da STCP a retoma de algumas das Linhas que foram eliminadas, bem como melhorar algumas das novas. Considerou ser possível, por acção dos autarcas, uma melhoria dos serviços prestados nos utentes das Linhas da STCP. Informou que no dia seguinte, iria realizar-se uma reunião entre a Administração da STCP e o Movimento de Utentes de Transportes da Maia. Nessa reunião iria estar de novo em cima da mesa o Caderno Reivindicativo do Movimento de Utentes, uma vez que até ao momento não havia qualquer resultado palpável. A Comissão Parlamentar Municipal tinha chegado às mesmas conclusões que o Movimento de Utentes, ou seja, que os problemas existiam, eram reais e que deveriam ser encontradas soluções. A Câmara

Municipal da Maia participava em todas as reuniões para as quais havia sido solicitada. Considerou imprescindível melhorar a Nova Rede, e, se eventualmente tal não fosse viável, deveria ser retomada a antiga Rede da STCP. No pressuposto de que não tinham havido quaisquer avanços, o Movimento de Utentes depositava grandes esperanças na reunião com a STCP. Se de lá não fossem conseguidos os resultados esperados, teria de ser obrigada a tomar posições mais duras em relação à STCP. Esperava a solidariedade da Câmara Municipal e a continuação da existência da Comissão Parlamentar Municipal, no sentido de, por seu intermédio, conseguir a eliminação das preocupações dos Maiatos, em relação aos prejuízos causados pela reestruturação da Rede da STCP.

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 4.

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA manifestou a sua incredibilidade pelo que tinha acabado de ouvir. A intervenção do Senhor Deputado poderia induzir que jamais tivesse participado em qualquer reunião da Comissão da qual fazia parte. O que não era verdade, pois, ambos estiveram presentes. A reestruturação da Rede da STCP tinha provocado muitas dificuldades aos seus utentes e esta situação era um incômodo para o Partido Socialista. Desculpar os erros do actual Governo era uma atitude que reprovava. Era uma atitude que todos os partidos faziam nos últimos trinta anos, para desculparem os erros dos seus Governos. Devido aos sucessivos erros dos diversos Governos, o Norte era a Região mais pobre do país. Não admitia contemporizações sobre a responsabilidade da questão da STCP, pois, não era um assunto de âmbito municipal, metropolitano ou regional, mas sim, uma questão de âmbito nacional e da exclusiva responsabilidade do Governo Central. Na Área Metropolitana verificavam-se 1,2 milhões de deslocações diárias, e apenas 20% em transportes públicos. Era um problema nacional que não poderia ser relativizado. O problema da STCP era uma questão de financiamento do sistema de transportes públicos, quer sejam os da Área



Metropolitana do Porto ou os de Lisboa. Não era necessário estudar e aprofundar muito este assunto, para se concluir que era um problema de financiamento. Para tal, bastava a leitura do Relatório de Actividades da STCP do ano de 2005, que no capítulo de Economia e Finanças, referia o seguinte sobre financiamento, que passou a citar: "Não se concretizaram em 2005 as perspectivas da formalização de um novo enquadramento da actividade de transportes públicos de passageiros, que passaria pela contratualização do serviço público prestado com a AMTP, o que viria clarificar e, desde logo, facilitar o financiamento desta actividade. Assim, um ano mais, o equilíbrio financeiro da Empresa esteve dependente do esforço financeiro do Estado (Indemnizações Compensatórias na componente de exploração), mantendo-se a indefinição do financiamento às obrigações de serviço público para as empresas de transporte. As Dotações de Capital atribuídas à STCP foram nulas, a exemplo dos três últimos anos. As Indemnizações Compensatórias foram reduzidas em 32,6% face ao ano transacto, – menos sete milhões de euros, quando a sua congénere de Lisboa, a Carris, teve um acréscimo de nove milhões de euros do ano de 2004 para o de 2005 e, teve, ainda, mais três milhões de euros do ano de 2005 para o de 2006 – pese embora o esforço que a STCP mantém ao dar continuidade ao processo de reestruturação da sua actividade. As fortes restrições financeiras sentidas em 2005 foram assim supridas com recurso a endividamento bancário, pela renegociação de linhas de crédito de curto prazo, a manutenção da opção pela locação operacional de autocarros em novos investimentos da frota em concurso, em detrimento da aquisição em direito pleno; alienação de património não afecto à actividade operacional da Empresa, tendo sido vendido ainda em 2005 o edifício que esteve afecto à colónia de férias". A título de exemplo, para melhor entendimento da grandeza dos números, fez uma comparação dos valores das Indemnizações Compensatórias recebidos pela STCP e pela Carris, valores em milhões de euros - no ano de 2003, a Carris tinha recebido 33,9 e a STCP 22,6, no ano de 2005 a Carris tinha recebido 42,5 e a STCP 15,2 e no ano de 2006 a Carris tinha recebido 45,4 e a STCP 16,3. Possivelmente, a

razão da redução destes valores poderia ser questionada. A resposta mais lógica seria a de estar relacionada numa proporção directa com a procura, mas na realidade, não o era. A STCP, no ano de 2005, tinha transportado 209 milhões de passageiros e a Carris 240 milhões. Uma diferença de 11% de passageiros, "compensada" com 300% a menos de Indemnizações Compensatórias. Outra razão poderia ser a extensão do percurso da Rede. A Carris tinha 640 quilómetros e a STCP 498 quilómetros, menos 28,5%. Estes valores eram o cerne da questão. A Senhora Secretária de Estado dos Transportes, no mês de Novembro de 2006, tinha afirmado na comunicação social, de forma muito clara, que as empresas públicas de transportes teriam de conseguir, obrigatoriamente, financiamentos alternativos. Esta afirmação, aparentemente, poderia fazer sentido, pois, entendia que as despesas deveriam ser rationalizadas. Porém, na realidade, esta medida só se aplicava à STCP que teria de apertar o cinto com menos sete milhões de euros, enquanto a Carris o alargava com mais nove milhões de euros. Repudiou de forma veemente a atitude do Partido Socialista, pela voz do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, ao colocar-se "de cócoras" perante o Governo de Lisboa, e, de desrespeito em relação aos municíipes que os elegeram para a Assembleia Municipal e transversal ao nosso espectro político, que poderia conduzir a uma mudança de atitude a curto prazo. O Relatório, tão acintosamente criticado, limitava-se a constatar a realidade dos factos, como o havia afirmado, e bem, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda. Esta poderia agradar a uns e desagradar a outros, mas, os factos não poderiam ser escondidos. Tornava-se necessário tomar atitudes políticas bem direcionadas. Os utentes dirigiam as suas críticas à STCP, uma Empresa do Governo. Os protestos não deveriam ser apresentados na "secretaria", mas contra quem na realidade mandava e tem o Poder e não contra quem executava. As Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, eram os primeiros visados nos queixumes dos utentes, como se os autarcas fossem os responsáveis da reestruturação da Rede da STCP. Todos deveriam saber direcionar as reclamações recebidas.



A finalizar, citou, como exemplo, a apresentação de uma queixa ao Porteiro dos maus cuidados de saúde prestados pelo Hospital onde o mesmo trabalhava. -----

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES pediu a palavra para esclarecer que o PS estava tranquilo quanto à situação da Região Norte. Lembrou que no Referendo sobre a Regionalização, o Partido Socialista tinha feito campanha pelo SIM, e, então havia alertado que se o Sim ao Referendo ganhasse, muitos dos problemas dos cidadãos da Região Norte seriam resolvidos. A posição do PSD tinha sido contrária, ao defender o Não à Regionalização. O PS estava tranquilo, pois, assumia a responsabilidade de muito o que de positivo se verificara no Norte do País. Considerou o discurso do Senhor Deputado Aloisio Fernando Maia Nogueira impróprio numa Assembleia Municipal, pois, fazia melhor sentido e seria mais adequado na Assembleia da República. Apelou a este Senhor Deputado para influenciar o seu Partido para tomar uma posição pelo Sim, num eventual próximo Referendo da Regionalização. Pediu que fosse feita uma correcção à afirmação do Senhor Deputado quando tinha afirmado que as Indemnizações Compensatórias do ano de 2004 para 2005, tinham decrescido 37%, apesar desta afirmação ser verdadeira, o Senhor Deputado tinha omitido que do ano de 2000 ao de 2004, as mesmas tinham triplicado. A finalizar, perguntou ao mesmo Senhor Deputado Nogueira, autor do Relatório, onde estavam as propostas que, de uma forma concreta, iam ao encontro das necessidades dos utentes da STCP. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, que não pertencia ao Partido Socialista e tinha votado Sim no Referendo à Regionalização, e como ele, tinham votado muitos outros social-democratas. -----

LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS disse que tinha pedido a palavra para dar um esclarecimento sobre a Comissão Parlamentar Municipal de que fazia parte, porém, depois de ter ouvido a intervenção do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, sentia-se obrigado a citar o adágio sobre a seriedade da mulher de César. O Partido Socialista tinha defendido a

Regionalização e agira que era Poder em vez de a defender, com actos concretos, tinha colocado a “Regionalização na gaveta” e de adiar o Referendo à Regionalização, para depois do ano de 2013, altura em que Portugal já não poderia aceder a mais fundos comunitários. Os culpados do adiamento não era o PSD nem outras forças da Oposição, mas única e exclusivamente o Partido Socialista, que se considerava o arauto da Regionalização. Sobre a acusação feita pelo mesmo Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres de que os representantes na Comissão da Coligação “Primeiro as Pessoas” tinham tentado retirar proveitos políticos através do Relatório, ao acusarem o Governo de ser o responsável da situação da STCP, devido ao facto da reformulação da Rede das Linhas ser motivada por restrições orçamentais, porém, o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, que tentara manifestar-se como um defensor da causa do Movimento de Utentes, afirmara que não tinha sido pela diminuição das Indemnizações Compensatórias que a reestruturação se concretizara, mas porque as linhas existentes já não se adequavam aos interesses dos utentes. Esta afirmação era incongruente, pois, o Movimento de Utentes dos Transportes da Maia reivindicava a reposição da antiga Rede e o Senhor Deputado havia afirmado que a antiga Rede, por ser inadequada, fora reestruturada. Acusou-o de, com esta afirmação, querer tirar proveitos políticos. Acusou o Governo de querer adiar as construções de novas linhas do Metro e de ser o responsável pelo congelamento da reformulação da concessão de novas licenças para carreiras de transportes públicos e privados.

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 5.

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA pediu a palavra para responder à interpelação do Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres ao perguntar onde estavam as propostas que, de uma forma concreta, iam ao encontro das necessidades dos utentes da STCP. Afirmou que bastava ler o Relatório do qual passou a ler os seguintes extractos: “O actual

M
Manoel
Pereira

enquadramento legal da regulação do transporte público rodoviário de passageiros é anacrónico e profundamente desajustado da realidade actual, representando um entrave à oferta alternativa e à efectiva concorrência entre operadores, sendo urgente a sua alteração". "Face ao aumento da necessidade de transbordos, fruto do encurtamento e da segmentação das linhas, ganha especial pertinência a qualidade e a quantidade dos abrigos de paragem, particularmente nos pontos de interface de várias linhas, que a Câmara Municipal deve providenciar e suprir o mais rapidamente possível, nomeadamente deslocalizando e reutilizando os abrigos existentes nas paragens desactivadas. O interface do Hospital de S. João, para onde é actualmente direcionado o tráfego de passageiros proveniente da coroa norte do Grande Porto encontra-se subdimensionado, carecendo de condições de conforto e, até, de segurança, para receber a quantidade de passageiros que, ai, não tem o seu destino final, mas antes busca transbordo para outros locais, nomeadamente para o centro da cidade do Porto. É necessário encontrar uma alternativa ao canal norte/sul que representavam as linhas que utilizavam a designada Via Norte, cuja extinção, de facto deixou sem serviço algumas zonas com importante movimento pendular industrial e comercial. As linhas que actualmente ligam directamente a Maia ao centro da cidade do Porto não servem a totalidade dos movimentos pendulares que diariamente se geram entre estas duas cidades, sendo necessário garantir, pelo menos, uma nova linha com essas características, preferencialmente na zona nascente do concelho". Estas foram algumas das sugestões apresentadas pela Comissão. Advertiu o Senhor Deputado de se aproveitar de um assunto muito sério para fazer chicana política. Confirmou que o estudo tinha sido encomendado em 2003, porém, lembrou que a data da decisão de implementação era de 21 de Junho de 2005, da responsabilidade da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, que deveria assumir as suas decisões. Não era sua intenção equacionar o mérito desta decisão, mas a sua responsável tinha um rosto. Neste país, havia muitos estudos e o caso da OTA era um exemplo para o qual "havia estudos para todos".

os gostos e paladares". A finalizar, referiu a sua perplexidade pelo facto de em Lisboa, além da Carris receber Indemnizações Compensatórias, também as empresas de transportes de passageiros privadas recebiam Indemnizações Compensatórias. —————

ARMINDO DA SILVA MOUTINHO pediu a palavra para a defesa da honra. Disse que integrara a Comissão Parlamentar Municipal e, nessa qualidade, participara nas reuniões com o objectivo de a dignificar, bem servir e atingir o objectivo da sua criação, que era minorar a tragédia que os Maiatos tinham sofrido na sua mobilidade, com a alteração das carreiras da STCP. Lamentou, e dai o seu protesto, ao verificar que alguns Senhores Deputados se tinham servido dessa mesma condição para "defenderem as suas damas" e não os reais interesses dos que eram penalizados com a reestruturação da Rede da STCP. Os elementos referidos no documento em análise, em relação ao Relatório de Contas da STCP e ao seu Plano de Sustentabilidade, poderiam ser facilmente confirmados no site da STCP na Internet. Considerou os cortes das Indemnizações Compensatórias, como a primeira e a maior das razões que tinham conduzido aos cortes orçamentais da STCP, dos quais resultara a reestruturação da Rede das Linhas da STCP. —————

Nesta altura da reunião, o Senhor Presidente da Câmara ausentou-se. Foi substituído pelo Senhor Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho. —————

VÍTOR MIGUEL SILVA pediu a palavra para a defesa da honra da Bancada do Partido Socialista. Considerou que o PS já se acostumara, ao longo dos anos, a um determinado tipo de reacção sempre que pensava, ou tinha uma opinião diferente e divergente da Maioria, ser acusado de "pôr-se de cócoras e de fazer chicana política". O Partido Socialista não poderia admitir ser insultado na Assembleia por ter tomado uma posição diferente. Reconheceu grandes dotes de oratória ao autor do Relatório, o Senhor Deputado Aloísio Fernando Maia Nogueira, pois, o seu discurso era mais próprio da Assembleia da República, atendendo à sua visão nacional das questões. O interesse dos utentes das carreiras da STCP era saber o que

1
100%
100%

tinha feito a Câmara para resolver os seus problemas. A continuidade da Comissão Parlamentar Municipal deveria ser questionada, uma vez que, se a mesma viesse a produzir os mesmos relatórios, não havia razões para a sua continuidade. A haver continuidade, deveria ser para estar ao lado do Movimento de Utentes e dos autarcas. Perguntou se a Câmara Municipal e todos os intervenientes, tinha envidado todos os esforços junto da STCP para resolver os problemas provocados pela reestruturação. Lembrou que a Câmara Municipal, há alguns anos, tinha desejado introduzir um serviço público de transporte rodoviário de passageiros no seu Concelho, fora do âmbito da STCP.

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA agradeceu o elogio à sua oratória e lembrou que os problemas nacionais também se reflectiam no concelho da Maia, que não era um oásis ou uma ilha isolada, e não estavam imunes aos problemas do país. Ao Senhor Deputado Vitor Miguel Silva, disse que se não tinha entendido as suas palavras, que as voltaria a repetir e insistir para, de forma clara e transparente, as entender: "O problema dos transportes na Área Metropolitana do Porto é um problema nacional. Ponto final". Sobre o termo "cócoras" usado para caracterizar a posição do Partido Socialista, disse que a sua consciência não o considerava como insultuoso e, na sua opinião, o Senhor Deputado se havia aproveitado disso para poder evocar o pedido do uso da palavra e não por se sentir efectivamente insultado. Porém, se o Partido Socialista se sentia insultado, teria de parafrasear um correligionário do PS: "Vá-se habituando".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a Câmara estava representada pelo Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, a quem deu a palavra.

O SENHOR VEREADOR PAULO FERNANDO DE SOUSA justificou a ausência do Senhor Presidente da Câmara, por indisposição. Considerou o assunto em discussão como da exclusiva responsabilidade da Assembleia Municipal, a quem elogiou por ter constituído uma Comissão Parlamentar Municipal para o efeito. Os resultados apenas diziam respeito à

Assembleia. As conclusões referentes à Câmara teriam o tratamento adequado e iriam merecer a sua devida atenção, que até ao presente tudo tinha feito para resolver os problemas aos municípios da Maia, utentes do STCP.

Posto o Relatório da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no concelho da Maia à votação **foi aprovado por maioria** com 12 votos contra dos Senhores Deputados do Partido Socialista e do Senhor Deputado Independente, três abstenções dos Senhores Deputados da CDU e BE e vinte e dois votos a favor dos Senhores Deputados da Coligação "Primeiro as Pessoas".

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Esclareceu que para que não restassem dúvidas sobre as intervenções que antecederam a votação, a razão primeira e essencial do voto contra do Partido Socialista era devida ao facto do Relatório não reflectir, com suficiência, os problemas dos utentes da STCP; a segunda, e fundamental razão, era provocada pelo facto do seu relator não ter permitido uma abertura à admissão de algumas sugestões, que o PS entendia serem razoáveis, mas susceptíveis de discussão. Considerou que o espírito e a qualidade que deveriam assistir a um relator, era o de ser sensível às sugestões dos que pensavam de forma diferente, e, não fechar e impedir qualquer alteração ao relatório. Considerou útil a continuação do debate sobre este assunto, para se encontrarem soluções de mobilidade para os Maiatos.

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Declarou que tinha votado a favor porque o Relatório era um relato de tudo o que se havia verificado em todas as reuniões da Comissão Parlamentar Municipal, apesar de algumas intervenções o terem colocado em causa. O Relatório era o espelho da verdade e quem quisesse ser verdadeiro e falar verdade às pessoas não poderia tirar outra conclusão.

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto: Disse que tinha votado contra na presente votação e na da Comissão Parlamentar



Municipal, pelo facto de não ter havido abertura à aceitação de algumas sugestões de alteração. Se tivesse havido essa abertura o Relatório poderia ter sido aprovado por unanimidade. Considerou difícil o trabalho de um relator. Discordou da afirmação constante no Relatório: "Reconhece-se que a STCP sempre manteve, e mantém, uma postura dialogante com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho da Maia", uma vez que o termo "sempre manteve" deveria ser retirado. No Relatório também tinha faltado a referência à necessidade de melhores condições de transportes para a Maia; no aumento dos transportes provocado pela subida dos combustíveis; na primazia de utilização do transporte em viatura própria, em detrimento dos públicos; na redução da procura da STCP provocada pelo Metro. Estas foram algumas das razões do seu voto contra. O Senhor Deputado Aloisio Fernnando Maia Nogueira, na sua qualidade de Relator, tinha-se mantido fechado a todas as sugestões. Manifestou a sua concordância pelo facto da razão da Região Norte ser a mais pobre do país ser devida ao facto dos portugueses não terem votado a favor da regionalização e, ainda, pela falta de Lideres regionais, uma vez que a situação agravou-se com a ausência do Norte de Fernando Gomes e a morte de Vieira de Carvalho.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à votação a admissão da Proposta, atrás referida, e apresentada pelo Senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves, para a continuidade de funções da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no concelho da Maia e que faz parte integrante da acta como documento 3. A Proposta foi admitida por unanimidade.

Para a sua discussão inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA disse que se verificavam as seguintes situações: a continuação das dificuldades e dos problemas diários dos utentes da Maia dos transportes públicos da STCP; a necessidade de serem introduzidas alterações mais profundas; a ausência de qualquer resposta por parte da STCP às dificuldades e aos problemas, pois, ainda não foram

satisfeitas as reivindicações apresentadas pelo Movimento de Utentes dos Transportes da Maia e porque a Assembleia Municipal poderia desempenhar um importante papel na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos Maiatos utentes da STCP, eram razões suficientes para a CDU estar de acordo com Proposta apresentada para a continuidade da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no concelho da Maia. A Comissão deveria ter um papel mais interventor e as suas conclusões, deveriam ser repensadas, consensualizadas e mais reivindicativas, na eventualidade da Proposta ser aprovada.

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES informou que o Partido Socialista estava disponível e de acordo com a continuação da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no concelho da Maia, mas que não estava disponível para os seus Deputados passarem por ser mentirosos, no que dizia respeito à verdade do Relatório afirmada pelo Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, que tinha sido desmentida pelo senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves.

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que a Coligação "Primeiro as Pessoas" não via qualquer inconveniente na continuação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no Concelho da Maia, apesar da Maioria se sentir profundamente defraudada com a qualidade participativa dos membros da Oposição. Apelou a uma participação efectiva de todos os seus componentes, não faltando às suas reuniões. Considerou estranho que o proponente da Proposta tenha votado contra um Relatório, que tinha sido difícil e trabalhoso de elaborar, mas, era muito fácil de criticar e julgar um trabalho que o seu Relator tinha feito graciosamente. Aos críticos disse que deveriam, sim, ter apresentado propostas concretas ao Relator. Não o tinham feito porque escrever propostas dava trabalho. Nenhum dos críticos se tinha dado ao trabalho de, em sua casa, preparar uma única proposta enriquecedora, que



permitisse atenuar o trabalho gracioso de quem tinha dedicado muito do seu tempo na redacção do Relatório. A Coligação iria votar a favor a Proposta, com o desejo de que no futuro os críticos dêem uma colaboração mais profícua, para bem da própria Comissão e da Assembleia Municipal.

— Posta a Proposta à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal pediu aos Líderes Parlamentares Municipais que indicassem os novos membros da Comissão Parlamentar Municipal para Estudo do Impacto da Reestruturação das Linhas dos STCP no Concelho da Maia, uma vez que, a que existia se extinguira com a aprovação do seu Relatório.

3.13. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS:
"MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M.", DA
"EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.", DA
"ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO,
E.M.", DA "TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA" E DA "ACADEMIA
DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS, E. M." - (para conhecimento) . —

— Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado:

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA disse que no período anterior à criação dos Ecocentros, a Divisão do Ambiente da Câmara tinha realizado uma Campanha de Sensibilização para acabar com as lixeiras no concelho da Maia. A Maiambiente dispunha dum telefone de Linha Verde para o qual os munícipes que desejassem livrar-se de objectos de grandes dimensões – colchões, frigoríficos, móveis e outros utensílios domésticos – poderiam ligar, que os serviços da Maiambiente se encarregariam de os recolher. Constatou-se que estas duas acções tinham resultado, uma vez que algumas lixeiras tinham desaparecido. Nos últimos tempos, lamentavelmente, as lixeiras reapareceram, não só nalguns recantos do Concelho, como até junto aos Ecocentros. Neste caso, o abandono de inertes era provocado pelo facto dos

horários de funcionamento destas unidades de recolha serem inadequados à sua procura. Um horário das 9 às 12 e das 14 às 18 horas era manifestamente desajustado às necessidades dos munícipes, que quando se deslocavam para depositarem o lixo fora deste horário, tomavam a atitude condenável de abandonarem o seu lixo à entrada dos Ecocentros. Talvez porque o seu horário de trabalho fosse coincidente com o do período de abertura dos Ecocentros. Os locais onde esta situação era mais visível era nos Ecocentros de Nogueira, Águas Santas e Moreira, por terem uma maior procura. Solicitou alargamentos do horário de funcionamento dos Ecocentros, principalmente para os três referidos e, destes, fundamentalmente, o de Nogueira, pois, um horário igual ao da maioria das pessoas, impedia-as de os poder utilizar e, além disso, encerrar um Ecocentro no Verão às 18 horas, não fazia sentido. O alargamento do horário de abertura iria diminuir ou até eliminar os prevaricadores. Solicitou ainda, que a Câmara tomasse as medidas tidas por convenientes para punir os prevaricadores de forma a acabar com as lixeiras, que um pouco por todo o lado voltaram a aparecer na área do nosso Concelho. Louvou o trabalho desenvolvido pela empresa que realiza a limpeza de alguns arruamentos do Concelho, tendo aproveitado para pedir o alargamento da limpeza a outras áreas do Concelho.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA esclareceu que a presente Reunião, marcada para as vinte e uma horas e trinta minutos, tinha sido iniciada às vinte e uma horas e cinquenta minutos, por nessa altura haver quórum – estavam presentes vinte e seis Senhores Deputados – logo que os trabalhos foram iniciados tinham surgido de imediato mais dez Senhores Deputados. Apelou ao cumprimento cívico dos horários, pelo respeito que mereciam aqueles trabalhadores que por chegarem ao trabalho com quinze minutos de atraso, era-lhes marcada uma falta ou viam os seus ordenados reduzidos.

— Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva.

----- E sendo vinte e três horas e trinta e cinco minutos do dia dois de Maio do ano em curso,
foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser
assinada pelos Membros da Mesa: Presidente em Exercício da Assembleia Municipal,
Domingos de Jesus e Sousa, pela 1.^a Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo
Maia e pela 2.^a Secretária, Joana Martins dos Santos Ascenção.

O Presidente: Domingos de Jesus e Sousa

A 1.^a Secretária: Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo

A 2.^a Secretária: Joana Martins dos Santos Ascenção



PRIMEIRO AS PESSOAS

DOC. 1

A Júnior
Zé AD

PROPOSTA

Proposta da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, "Primeiro as Pessoas" para a eleição de um senhor Presidente de Junta de Freguesia efectivo e um suplente para representar as Juntas de Freguesia da Maia no XVII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

➤ **ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO.**

Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira.

Suplente:

➤ **JOAQUIM GUILHERME DA COSTA MAIA,**

Presidente da Junta de Freguesia de Avioso (São Pedro).

Maia, 18 de Abril de 2007

O Grupo Parlamentar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP,
"Primeiro as Pessoas"

D. Ilídio M



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

B
M
Jaime

**ELEIÇÃO DE UM SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA
EFECTIVO E UM SUPLENTE PARA REPRESENTAR AS JUNTAS DE
FREGUESIA DA MAIA NO XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**

Proposta do GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Efectivo:

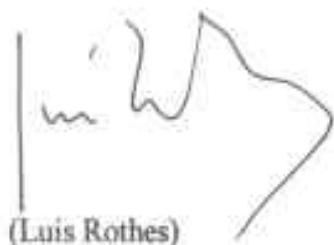
Ex.mo Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, Sr. Manuel José da Silva Correia

Suplente:

Ex.mo Presidente da Junta de Freguesia de Gueifães, Sr. António Alberto Anjos Monteiro

Maia, 18 de Abril de 2007

O Presidente do GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA


(Luis Rothes)



PROPOSTA

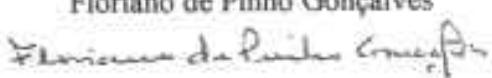
Pese embora as alterações introduzidas após a implementação da Nova Rede de transportes dos STCP, que permitiu uma evolução na oferta de transporte, graças à acção desenvolvida, pelos Autarcas e pela Comissão de Utentes, obtidas em várias reuniões.

Sendo uma evolução que se apresenta dinâmica, prevendo-se que a total reestruturação e implementação venha a demorar mais de um ano para finalizar todas as alterações previstas e/ou necessárias.

Porque a própria Administração dos STCP reconheceu a colaboração e a acção positiva da Comissão Parlamentar, para o estudo do impacto da reestruturação das linhas da STCP na Maia e via com agrado a possibilidade da sua manutenção para continuidade do diálogo e troca de informações.

Proponho á Assembleia Municipal da Maia, a continuidade desta comissão parlamentar, a fim de, sempre que necessário, poder tomar parte nas intervenções que a mesma comissão entenda, até estar realizada a total implementação da Nova Rede de transportes dos STCP.

Maia, 2007-05-02

Floriano de Pinho Gonçalves

(Deputado Municipal e Presidente de Junta)



Grupo Parlamentar do Partido Socialista
Assembleia Municipal da Maia - 02.05.2007

INTERVENÇÃO

(Ponto 3.12. Relatório da Comissão Parlamentar Municipal para estudo do impacto da restruturação das linhas dos STCP no concelho da Maia)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados, cidadãos e órgãos de comunicação social

A problemática dos Transportes é cada vez mais um assunto sobre o qual os municípios se devem debruçar, avaliando de forma rigorosa a sua influência no quotidiano dos cidadãos. A restruturação das linhas dos STCP no concelho da Maia, provocando alterações significativas no quotidiano de dezenas de milhares de munícipes, deve, como tal, ser analisada ao pormenor.

Gostaria de destacar, antes de mais, o papel da Câmara Municipal da Maia no acompanhamento de todo este processo e, muito em especial, das juntas de freguesia, que, lidando com os problemas com uma maior aproximação, revelaram empenho no encontro de melhores soluções.

O Partido Socialista (PS) congratula-se pelo facto de esta Assembleia Municipal ter criado uma Comissão com o intuito de discutir a restruturação das linhas dos STCP. As reuniões que a Comissão realizou esclareceram as dúvidas da nossa bancada e permitiram que exprimissemos o nosso pensamento sobre a realidade dos Transportes no concelho da Maia.



Posto isto, é agora o momento de me pronunciar sobre o relatório que hoje discutimos. Em primeiro lugar, eu comprehendo que ser relator de um documento desta natureza não é tarefa fácil. E gostava que isto ficasse bem claro. Mas não posso deixar de dizer que é, no meu ponto de vista, e no ponto de vista da bancada do Partido Socialista, absolutamente inadmissível que um documento com tantas falhas tenha sido aprovado, mesmo quando uma força de oposição, o Partido Socialista, fez, em sede de Comissão, propostas construtivas e absolutamente transparentes que apenas visaram o melhoramento deste documento. Nós contestamos veementemente que não tenha havido abertura para, através da introdução de alguns aspectos neste documento e através da correcção de outros, se ter atingido uma proposta consensual. Sempre estivemos abertos ao diálogo para chegarmos a um consenso. Entendemos que esse era o melhor sinal que a Comissão e, por conseguinte, esta Assembleia, poderia dar aos cidadãos maiatos.

Infelizmente, assim não foi.

Nós votámos contra este documento e consideramos que qualquer força de oposição responsável e alternativa não poderia ter outra atitude.

Em primeiro lugar, o relatório, de uma forma geral, tenta retirar proveitos políticos a nível nacional para justificar a nova rede dos STCP. É inclusivé referido que a *reformulação da rede de linhas de transporte público da STCP* é motivada essencialmente por restrições orçamentais. Ora, esta afirmação não tem cabimento. Primeiro, este relatório afirma que as receitas de bilhética sofreram um decréscimo; mas à frente é referido que estas receitas mostraram uma tendência de estabilização. E a realidade nem é uma nem outra: as receitas de bilhética aumentaram ininterruptamente de 2000 a 2004.

É ainda dado um grande destaque ao valor das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado aos STCP. Sobre isto, tenho a dizer o seguinte: como é

M
Jofre

que é possível que o decréscimo das indemnizações compensatórias de 2004 para 2005 seja um argumento credível para se justificar uma rede que foi encomendada à Faculdade de Engenharia em 2003? É absolutamente inacreditável. Houve uma clara intenção de partidarizar este documento, e nós não podemos ser coniventes com essa realidade. Para o Partido Socialista, a razão principal pela qual se procedeu à restruturação das linhas dos STCP foi a quebra de passageiros que se verificou nos últimos anos, sendo que a entrada em funcionamento do Metro do Porto nem sequer foi a principal responsável por esta perda de utentes.

O relatório que hoje discutimos reconhece, e passo a citar, "que a STCP sempre manteve, e mantém, uma postura dialogante com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do concelho da Maia". Ora, isto não corresponde à verdade. A Comissão apreciou que, de uma forma geral, o comportamento com as autarquias por parte dos STCP foi correcto. Mas não é, efectivamente, verdade que sempre tenha havido um diálogo com as juntas de freguesia. E os Srs. Presidentes de Junta aqui presentes podem, melhor do que ninguém, comprovar esta realidade.

O Partido Socialista sugeriu que fossem introduzidas diversas informações neste documento, por forma a que este transmitisse algumas das reivindicações da Comissão de Utentes e fosse um espelho fiel das opiniões convergentes dos membros da Comissão. Entre muitas outras coisas, sugerimos que se introduzisse uma referência aos TUM neste documento. Reconheça que esta questão é incómoda para muita gente, mas o Partido Socialista entende que, à semelhança do que fazem outros concelhos, o município da Maia deve estruturar uma rede de transportes interna, assente em estudos técnicos de viabilidade, e que funcione em complementariedade com os demais serviços de transporte.

O voto contra do Partido Socialista é um voto consciente e responsável.

14
70mB

Este relatório não é o reflexo das reuniões que a Comissão realizou. Nós fomentámos os consensos que V. Exas. rejeitaram. Mas a mais cruel das verdades é, neste matéria, apenas uma: o concelho da Maia continua a ser um dos concelhos com mais problemas ao nível dos Transportes e, por parte da Coligação, não me parece que haja vontade política para resolver estes problemas, ou então, o trabalho de casa está claramente por fazer.

João Veloso da Silva Torres

Deputado Municipal do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Relatório da Comissão Parlamentar...

M
João
Pach

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Sns. Secretárias
Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Srs. Deputados
Estimado Público e Comunicação Social

Lamentavelmente, uma vez por doença e outra por razões familiares, não me foi possível estar presente na totalidade das reuniões da Comissão Parlamentar para o Estudo do Impacto da Reestruturação das linhas STCP no Concelho da Maia, não podendo por isso dar uma contribuição satisfatória para o relatório que agora se discute. Considerando a sua importância e interesse para uma matéria que tem estado tão presente nesta Assembleia – pela voz de deputados, da câmara e dos próprios utentes organizados em Movimento, gostaria em nome da CDU saudar o trabalho realizado e o nosso acordo com vários aspectos do diagnóstico registados, mas também o nosso desacordo com algumas das conclusões.

- A conclusão que apresenta uma STCP dialogante com as instituições Câmara e Juntas de Freguesia – parece-nos que os resultados desse diálogo além de aspectos muito pontuais, como o caso do novo 707, o prolongamento da linha 604 ou as alterações ao percurso na linha que percorre Vila Nova da Telha, não foram assim tão profícuos e não produziram medidas e alterações substancialmente benéficas para os utentes.

A fundamentação de que a reestruturação se baseou em profundos estudos técnicos, a propaganda de que a mobilidade iria aumentar, as novas linhas "sempre à mão", etc, etc terão dificultado a previsão por parte das instituições consultadas (Câmara e Juntas de Freguesia), sobre as consequências reais das alterações. A prática demonstra que os utentes, não serão todos, mas a maior parte ficou pior servida e está contra reestruturação. O facto é que a redução das indemnizações compensatórias por parte do Governo levaram a cortes na prestação do serviço público de transporte que tem também o seu cariz social.

M
J. P. M.
M

- A conclusão que assume que a nova bilhética não traz "problemas operacionais", quando esta de facto veio prejudicar os utentes, quer pelo aumento do número de zonas e inevitável aumento da tipologia do título de transporte, quer pelo facto de por em causa a idoneidade dos utentes quando confrontados com dificuldades e / ou impossibilidade na leitura do seu título de transporte, bem como ao nível dos transbordos que poderão ser efectuados num período de 60 minutos, obrigando, por vezes, os utentes a dispor de mais um título em casos de atraso ou perda do respectivo autocarro onde é aceite o transbordo.
- A conclusão de que o enquadramento legal de regulação do transporte público rodoviário está desajustado, mas que deve em 1º lugar defender o serviço público, deve ser complementada, em nossa opinião, com a importância e a necessidade de criação e funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes.

Pelo exposto, e salvaguardando o interesse fundamental desenvolvido, a CDU irá abster-se no que respeita à votação da ^{Proposta} Portaria Municipal.

Maia, 2 de maio de 2007

PeL' A Bancada de cdU

Braga.

→ Iles fundamentos enunciados
→ Pela continuidade das dificuldades e problemas ^{g/los} dos utentes
da sctp
→ Pela necessidade de serem introduzidas alterações ^④ profícias
→ Pela necessidade de — esforços por parte das sctp a
resolverem que inovem no dia-a-dia dos maiatos
→ Pelo papel que a AM. assume na defesa dos direitos e gar-
tir os maiatos, mais
vemos → deslizamento como necessário e profícuo
a manutenção da com. Paul. Minic. p/ Estudo do impacto
da reestruturação das linhas SCTP no concelho da Maia.